



Contra as escaramuças que impedem a coragem de verdade

O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) coloca alguns "eixos orientadores" que não devem ser negligenciados por qualquer consideração crítica dos defensores da liberdade.

Entretanto, o centro do debate político institucional se concentra na criação da "Comissão Nacional da Verdade" (Eixo Orientador VI). As discussões veiculadas pela mídia e capitaneadas pelos formadores de opinião, militares e políticos procuram agenciar um meio-termo que deixe intocável as arbitrariedades dos militares e se cozinhe, em banho-maria, a busca da verdade sobre torturas, desaparecimentos, execuções, estupros, perseguições e inomináveis condutas exercidas por ditadores e seus funcionários em nome da ordem e da segurança nacional.

Do temor à verdade

A Lei de Anistia (6.683/1979) isentava de punição os militares e todos os subversivos que não haviam sido julgados pelo tribunal militar. No Brasil, diferente do que ocorreu na Argentina e no Chile, se fez presente, mais uma vez, o jeitinho brasileiro. Tentaram apa-



gar a história em nome de uma nova conciliação nacional. Dessa maneira, com a "abertura política" em direção à institucionalização da democracia, acomodaram-se políticos, militares, técnicos e funcionários da ditadura sob um novo cenário. Abriram-se as portas, inclusive, para que os anistiados ingressassem no jogo político legal.

Todavia, o tempo passou, mas a memória dos acontecimentos não foi apagada. Se hoje em dia no governo há muitos ex-subversivos, isso não faz da "Comissão Nacional da Verdade" um ato de revanche ou de ressentimento. Os que olham para a situação atual como o exercício renovado da punição, por meio da justiça, desejam, com isso, incinerar a parte da verdade que lhes incomoda.

A verdade é sempre uma criação histórica. Não há verdade absoluta ou parcial, somente a verdade das forças em luta. Os setores reacionários temem a simples divulgação do que fizeram, onde fizeram, com quem fizeram, como fizeram.

A continuidade do silêncio, ou dos rumores sobre o que se passou é o que eles mais desejam. Eles pretendem, com isso, refazer o jeitinho brasileiro, escondendo o seu temor à democracia reduzida ao ritual de negócios minimizador dos ressentimentos, o que é próprio da política. Do mesmo modo, recorrem ao argu-





mento da desforra pelos adversários como um perigo à hipotética paz duradoura. O que eles não conseguem camuflar com esse argumento defensivo é quanto temem o que será revelado.

Toda criança, todo jovem, adulto e velho deve saber cada vez mais da história dos que usaram o terror de Estado para fazer valer a 'sua' verdade e garantir a 'sua' segurança.

Da coragem de verdade

Não está em jogo punir, mas abrir arquivos, vasculhar espaços edificados para repressão, localizar desaparecidos, explicitar as tecnologias de poder usadas na ditadura e suas covardias conexas para que uma ou mais de uma verdade apareça.

Essa arqueologia da violência exporá o solo sobre o qual a atual democracia está 'edificada'. Só assim será possível acreditar que a democracia nos levará a um regime que potencializará a liberdade. É preciso tornar público, junto aos nomes e cadáveres de desaparecidos e dos torturados, as figuras militares e civis que se esconderam e escondem-se atrás da lei, da política ou da força.

A política é um meio hábil para provocar esquecimentos e fazer crer que homens incomuns governam os comuns em nome da nação, do povo ou do Estado. Não há política sem uma produção





de verdade que lhe antecede. Não há resistências sem governo. Não há cadáver que descanse em paz: é apenas um corpo morto. Mas na memória das pessoas próximas e dos resistentes, cada humano desaparecido permanece vivo. Assim como na memória dos vivos que lutaram contra a ditadura não haverá lei, punição ou plano que a apagará. Estamos diante de uma questão relativa à ética da liberdade.

Não se trata, portanto, de uma justiça punitiva a ser reinventada. Mas de uma atitude liberadora capaz de iniciar pequenos esclarecimentos sobre práticas macabras e as confortáveis posições que os executores do terror de Estado encontraram para envelhecer com paz e segurança. Aqueles que já se tornaram cadáveres acomodados num descanso em paz serão revividos para que se saiba que a verdade depende das circunstâncias históricas; que as verdades por eles defendidas hoje estão sendo enterradas; que não há verdade absoluta ou eterna; que o exercício da punição se justifica pela morte do outro; que ninguém é inocente!

A hora e a vez

A "Comissão Nacional da Verdade" renova o anseio para se dar um fim à arqueologia da violência. Ela não deve esconder e nem revelar somente uma parte possível das verdades. Ela deve instigar em cada cidadão uma atitude





antiditatorial. Explicitar os ardis do recurso à ditadura em nome da salvaguarda da democracia, como fizeram os ditadores militares e a maioria dos civis abúlicos e covardes. Mostrar que esse caminho medonho, ao pretender extirpar qualquer adversário, propicia a emergência das subversões.

Pode, também, iniciar uma prática anti-punitiva que enfrente com coragem os ilegalismos próprios e incontornáveis das prisões e seus derivados como o controle punitivo a céu aberto.

Os presos políticos não aceitaram os ilegalismos da prisão fomentados por diretores, funcionários e prisioneiros. Deixaram claro que viviam uma ética de liberdade e se posicionaram contra a 'lei da prisão', seus julgamentos e execuções. Tiveram o sutil discernimento para constatar que todo preso é um preso político.

Trazer a público os arquivos da repressão política é expor as violências de qualquer aparato repressivo.

O debate público sobre o PNDH-3 pode ultrapassar os melindres dos militares, o simples revanchismo, o retorno do ressentimento, os efeitos eleitorais esperados, o estabelecimento da verdade histórica definitiva, o discurso articulado dos formadores de opinião





pública em nome de um mesmo verdadeiro negócio chamado política.

Esta é a hora e a vez. Até quando? Não há paz onde há governo. A política prossegue como guerra prolongada por outros meios. Será a boa mão de um presidente capaz de edificar com mais solidez o jeitinho brasileiro?

Toda SUBVERSÃO INCITA A LIBERDADE e expõe assimetrias. Quando um povo está sob regime ditatorial, a subversão é a derradeira expressão de sua saúde.

[publicado no hypomnemata extra de janeiro
de 2010 em: www.nu-sol.org]

